NGO - ASSOCIADOS CORRETORA DE CÂMBIO LTDA.

CNPJ/MF nº 65.635.377/0001-62

Relatório da Administração

"Aos sócios, submetemos à apreciação de V.sas. as demonstrações contábeis da NGO Associados Corretora de Câmbio Ltda., que compreendem os balanços patrimoniais e as respectivas demonstrações financeiras, bem como as notas explicativas, referentes aos semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017, acompanhados do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis, em cumprimento à legislação vigente. A auditoria independente verifica o sistema de controles internos de acordo com a Resolução 2.554/98 e atualizações posteriores, e o componente organizacional de ouvidoria encontra-se em funcionamento, atendendo as determinações da Resolução 4.433/15". São Paulo, 02 de agosto de 2018. A Administração

Balanços Patrimoniais em 30 de Junho de 2018 e 2017 - (em R$ mil)

Ativo	Nota Explicativa	2018	2017	Passivo	Nota Explicativa	2018	2017
Circulante		**674**	**1.276**	**Circulante**		**215**	**212**
Equivalentes de Caixa	4	230	1.013	Outras obrigações		215	212
Outros Créditos		416	239	Fiscais e Previdenciárias		51	51
Rendas a Receber	5	340	177	Diversas	6	164	161
Diversos	6	90	67	**Não Circulante**			
Prov. Outros Cred. de Liquidação		(14)	(5)	Diversos	6	46	328
Outros Valores e Bens		28	24	**Patrimônio Líquido**	**10**	**687**	**1.017**
Não Circulante				**Capital Social**			
Diversos	6	168	149	De Domiciliados No País		450	450
Imobilizado de Uso	7	97	121	Reserva Legal		69	69
Intangível	8	9	11	Reservas de Lucros		435	498
				Lucros e Prejuízos Acumulados		(267)	-
Total do Ativo		**948**	**1.557**	**Total do Passivo**		**948**	**1.557**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Semestres Findos em 30 de Junho de 2018 e 2017 - (em R$ mil)

Eventos	Capital Social	Reserva de lucros – Legal	Reserva de lucros – Outros	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	450	67	465	-	982
. Lucro Líquido do Semestre	-	-	-	36	36
. Reserva Legal	-	2	-	(2)	-
.Transferência para reserva de lucros	-	-	34	(34)	-
Saldos em 30 de junho de 2017	450	69	499	-	1.018
Mutações	-	2	34	-	36
Saldos em 31 de dezembro de 2017	450	69	455	-	974
. Prejuízo do Semestre	-	-	-	(267)	(267)
. Reserva Legal	-	-	-	-	-
Distribuição de Lucros	-	-	(20)	-	(20)
Saldos em 30 de junho de 2018	450	69	435	(267)	687
Mutações	-	-	(20)	(267)	(287)

Demonstração de Resultado Semestres Findos em 30 de Junho de 2018 e 2017 - (em R$ mil)

	Nota Explicativa	2018	2017
Resultado da Intermediação Financeira		**8**	**26**
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		8	26
Resultado Bruto da Intermed. Financeira		**8**	**26**
Outras Receitas/Despesas Operacionais		**(275)**	**77**
Receitas de Prestações de Serviços	11	1.133	1.402
Despesas de Pessoal	12	(341)	(846)
Outras Despesas Administrativas	13	(332)	(331)
Despesas Tributárias	14	(724)	(138)
Outras (despesas) Receitas Operacionais	15	(3)	(5)
Provisão para créditos em liquidação		(8)	(5)
Resultado Operacional		**(267)**	**103**
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		**(267)**	**103**
Contribuição Social		-	(36)
Imposto de Renda		-	(32)
Prejuízo/Lucro do Período		**(267)**	**35**
Quantidade de Quotas:		**450**	**450**
Lucro por quota		**(0,59)**	**0,08**

Demonstração do Fluxo de Caixa - Metodo Indireto Semestres Findos em 30 de Junho de 2018 e 2017 - (em R$ mil)

Fluxo de Caixa das atividades operacionais	2018	2017
Resultado do semestre/exercício	(267)	35
Depreciação e amortização	16	17
Baixa Residual do Imobilizado	3	-
Variação em Ativos Operacionais	(67)	19
Outros créditos	(61)	17
Outras operações de valores e bens	(6)	2
Variação em Passivos Operacionais	(267)	38
Obrigações fiscais e previdenciárias	(3)	(43)
Obrigações Diversas	(264)	81
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	(582)	109
Fluxo de Caixa das atividades de investimentos		
Compras de Imobilizado	(6)	(1)
Aquisição de intangível	(2)	-
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos	(8)	(1)
Fluxo de Caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos de Lucros/Dividendos	(20)	-
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos	(20)	-
Aumento/Redução líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	(610)	108
Aumento (Redução) nas disponibilidades:	(610)	108
No inicio do semestre	840	905
No final do semestre	230	1.013

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017 - (Em R$ mil)

1. Contexto Operacional: A **NGO - Associados Corretora de Câmbio Ltda. ("NGO" ou "Corretora"),** com mais de 20 anos de atuação no mercado, é reconhecida pela credibilidade e eficiência na assessoria cambial e consultoria empresarial das transações oriundas de comércio e de natureza financeira. Desde sua constituição, e regida pela atividade que foi autorizada, a Corretora oferece serviços de terceirização documental de importação e exportação, tratando do registro de todas as operações desde as suas origens nas empresas, evidenciando toda a dinâmica de fluxos financeiros e emitindo relatórios gerenciais. Desta forma, a NGO também contribui com documentos para a gestão das empresas. A Missão da NGO é oferecer soluções nas negociações, que garantam o melhor custo benefício para o cliente. Com uma filosofia moderna de atuação baseada no sentido de parceria. Destaca-se pela prestação de serviço personalizado, apresentando soluções completas para seus clientes, por isso, é referência no mercado de câmbio e comércio exterior, sendo detentora de prêmios de reconhecimento público como a "TOP OF MIND" **2. Apresentação das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). O Comitê de Pronunciamentos Contábeis "CPC" emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém, nem todos foram homologados pelo BACEN. As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da NGO e foram aprovadas, pela Administração, em 25 de julho de 2018. **3. Resumo das Principais Práticas Contábeis:** As principais práticas contábeis são as seguintes: **a. Apuração do resultado:** O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas nas apurações dos resultados dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente se recebimento ou pagamento. As receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. **b. Caixa e equivalentes de caixa:** As disponibilidades são representadas por recursos em moeda e aplicações financeiras, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável. As disponibilidades não possuem restrições de uso e tem risco insignificante de mudança de seu valor justo. **c. Títulos e Valores Mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:** Registrados pelo custo de aquisição e acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, são classificados, quando aplicável, conforme a Circular 3.068, de 08/11/2011, do BACEN, sendo: i) Títulos para negociação: Títulos e Valores Mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício e/ou período. ii) Títulos disponíveis para venda: Títulos e Valores Mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, em contrapartida à conta destacada no patrimônio líquido. iii) Títulos mantidos até o vencimento: Títulos e Valores Mobiliários para os quais haja intenção ou obrigatoriedade e capacidade financeira da Corretora para sua manutenção em carteira até o seu vencimento, registrados pelo custo de aquisição ou pelo valor de mercado quando da transferência de outra categoria. Os títulos são atualizados até a data de vencimento, não sendo avaliados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para a venda, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida a conta específica no patrimônio líquido. As reduções no valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários disponíveis para a venda e dos mantidos até o vencimento (quando aplicável), abaixo dos respectivos custos atualizados, quando não impactados por eventos temporários, serão considerados no resultado como perdas realizadas. Em 30 de junho de 2017 e 2016, a Corretora não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos. **d. Rendas a receber:** Os valores a receber de prestação de serviços são registrados pelo valor contratado. A Administração avalia, constantemente, a necessidade de provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação à perspectiva de realização de seus recebíveis. **e. Outros Valores e bens e diversos:** Demonstrado pelo valor de custo ou de realização, incluindo os rendimentos auferidos até a data do balanço, quando aplicável. **f. Imobilizado e intangível:** O Imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, deduzindo-se a depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, que consideram o tempo de vida útil-econômica dos bens, sendo conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 7. O Intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto, bens incorpóreos destinados à manutenção da Corretora. Quando aplicável, são amortizados no prazo de cinco anos (20% ao ano). A Administração da Corretora avalia ao menos uma vez no exercício social, a necessidade de provisão ao valor recuperável de seus ativos, sendo que para os semestres findos em 30 de junho de 2016 e de 2015, não foram apuradas perdas substanciais que necessitassem a apresentação de ajustes em suas Demonstrações Contábeis. **g. Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment):** Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para averiguar se há evidência significativa de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável de ativo financeiro e não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável. **h. Outros ativos e passivos:** Demonstrado por valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos incorridos até a data do balanço, quando aplicáveis. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos, quando aplicável. **i. Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL):** A provisão para o imposto de renda é calculada à alíquota de 15% mais adicional de 10% e a contribuição social é calculada à alíquota de 15%, sendo que a partir de 1º de setembro de 2015 passou a ser calculada à alíquota de 20%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Em conformidade com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não produziram efeitos na apuração do Lucro Real. **j. Ativos e passivos contingentes:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são realizados de acordo com os critérios definidos na Resolução 3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo os seguintes critérios: Ativos contingentes – São reconhecidos nas Demonstrações Contábeis somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Passivos contingentes – São reconhecidos nas Demonstrações Contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo divulgados nas Notas Explicativas, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 8. **4.Caixa e Equivalentes de Caixa:** Para fins de Demonstração dos Fluxos de Caixa, e conforme Resolução CMN 3.604/08, o valor de Caixa e Equivalentes de Caixa da NGO, estavam compostos conforme segue:

	30/06/2018	30/06/2017
Depósitos bancários a vista	39	44
Caderneta de poupança	191	969
	230	**1.013**

Os depósitos bancários e caderneta de poupança são realizados em Instituições Financeiras de primeira linha, considerados pela Administração da Corretora, como suficientes para o cumprimento de obrigações de curto prazo. A aplicação financeira é prontamente conversível em caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5.Rendas a receber	30/06/2018	30/06/2017
Títulos a vencer		
0 a 30 dias	167	134
30 a 60 dias	19	19
Títulos vencidos		
0 a 30 dias	52	7
31 a 90 dias	86	-
Acima de 90 dias	16	17
	340	**177**

O valor da provisão para devedores duvidosos, quando aplicável, leva em consideração o histórico de perdas e análises dos vencimentos dos títulos, garantias envolvidas, renegociações e atual análise da situação financeira da contraparte. A Administração vem realizando análises constantes em suas contas a receber, baixando-os quando considerados de difícil realização.

6.Outros Créditos Diversos e Obrigações Diversas

Circulante	30/06/2018 Ativo	30/06/2018 Passivo	30/06/2017 Ativo	30/06/2017 Passivo
Adiant. a funcionários	7	-	4	-
Adiant. a fornecedores	-	-	-	-
(i) IR a recuperar	83	-	-	-
Salários e enc. trabalhistas	-	129	30	127
Outros	-	35	33	34
	90	**164**	**67**	**161**
Não Circulante				
I. R a compensar/recuperar	125	-	106	-
Depósitos Judiciais	-	-	-	-
Prov. passivos contingentes	43	43	43	43
Outros pagamentos	-	3	-	-
(ii) Prov.obrig. Previdenciárias	-	-	-	193
(iii) Prov.Aviso Prévio Indenizado	-	-	-	92
Total	**168**	**46**	**149**	**328**

(i) Os impostos a recuperar, referem-se substancialmente às retenções nas notas de corretagem de câmbio, durante o exercício. (ii) A partir de 12/2015, a Administração optou por realizar a provisão da multa de 50% sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) da totalidade dos funcionários ativos, considerando como política conservadora de prevenção de riscos e controle de passivos. Esta provisão foi revertida em janeiro/18. (iii) A partir de 05/2017 a Administração optou por realizar a provisão do aviso prévio indenizado da totalidade dos funcionários ativos, considerando como política conservadora de prevenção de riscos e controle de passivos. Esta provisão foi revertida em janeiro/18.

7.Imobilizado: a. Composição dos saldos

	Taxa de Depreciação Anual (%)	30/06/2018 Custo	30/06/2018 Depreciação	30/06/2018 Líquido	30/06/2017 Líquido
Instalações	10	5	4	1	2
Móveis e Utensílios	10	116	66	50	62
Máquinas e equipamentos	10	80	48	32	39
Equipamentos de informática	20	120	106	14	18
Total		**321**	**224**	**97**	**121**

b. Movimentação do custo	30/06/2017 Custo	Adições	Baixas	Transf.	30/06/2018 Custo
Instalações	5	-	-	-	5
Móveis e Utensílios	116	-	-	-	116
Máquinas e equipamentos	105	6	31	-	80
Equipamentos de informática	125	-	5	-	120
Total	**351**	**6**	**36**	**-**	**321**

8.Intangível: Composição dos saldos

	Taxa de Amortização Anual (%)	30/06/2018 Custo	30/06/2018 Amortização	30/06/2018 Líquido	30/06/2017 Líquido
Desenvolvimento de Logiciais	20	17	8	9	11
Total		**17**	**8**	**9**	**11**

Movimentação do custo	30/06/2017 Custo	Adições	Baixas	Transf.	30/06/2018 Custo
Desenvolvimento de Logiciais	15	2	-	-	17
Total	**15**	**2**	**-**	**-**	**17**

9. Ativos e passivos contingentes: A Corretora depositou judicialmente o tributo relativo à Contribuição Social em conta judicial, vinculada a ação que objetiva a declaração de ilegalidade de sua exigência. Como contrapartida foi registrada a obrigação no Passivo Circulante. A Administração da Corretora entende que as provisões constituídas são suficientes para atender as eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos, considerando os critérios descritos na Resolução n° 3823/09 do BACEN. Não existem, em curso em 30 de junho de 2017 e de 2016, processos administrativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas, que pudessem impactar representativamente nas Demonstrações Contábeis e operações da Corretora. **10. Patrimônio Líquido: a) Capital Social:** O Capital social, em R$ mil 450, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 450 (quatrocentos e cinquenta mil) quotas, no valor nominal de R$ 1,00 cada. Os resultados distribuíveis, apurados anualmente ou em períodos inferiores, serão divididos ou suportados pelos sócios, que farão deliberações específicas e em documento formal. **b) Reservas:** Conforme disposições estatutárias e determinação da Lei n° 6.404/76, a Corretora destina 5% do lucro líquido do exercício social para Reserva Legal, atendendo aos limites estipulados na legislação vigente. **c) Dividendos:** Conforme disposições estatutárias estão estipuladas aos acionistas, dividendos que, correspondam no mínimo, a 25% do Lucro Líquido do exercício.

11. Receitas de prestação de serviços	30/06/2018	30/06/2017
Corretagem de câmbio	954	704
Intermediação de negócios	179	698
	1.133	**1.402**

12. Despesas de Pessoal	30/06/2018	30/06/2017
Benefícios	188	202
Encargos sociais	112	175
Proventos	334	399
Reversão FGTS Indedutível	(201)	(22)
Reversão Aviso Prévio Indedutível	(92)	92
	341	**846**

13. Outras despesas administrativas	30/06/2018	30/06/2017
Aluguel e condomínio	69	65
Comunicações	26	31
Manutenção e conservação	19	12
Processamento de dados	60	58
Serviços técnicos especializados	42	40
Transportes	26	35
Depreciações e amortizações	16	17
Outras despesas	74	73
	332	**331**

14. Despesas tributárias	30/06/2018	30/06/2017
ISS	57	70
COFINS	45	57
PIS	7	9
PERT	614	0
Outros	-	2
Total	**724**	**138**

15. Outras receitas e despesas operacionais

Receitas	30/06/2018	30/06/2017
Receitas Financeiras	-	-
Bens e Equipamentos de pequeno valor	-	-
Prejuízo na venda de bens	(3)	-
Despesas não dedutíveis	-	-
Outras despesas operacionais	-	5
Total	**(3)**	**5**

16. Estrutura de Gerenciamento de Riscos Operacionais e de Mercado: A Diretoria da NGO, em cumprimento aos normativos requeridos pelo Banco Central do Brasil, designou a Diretoria Administrativa e de Controladoria como responsável pela estrutura de gerenciamento de risco operacional, que elaborou o Manual de Compliance e Gerenciamento de Risco Operacional - Volume I, que contém todas as definições da estrutura organizacional e dos componentes do gerenciamento de riscos operacionais, política de gerenciamento de riscos operacionais e de plano de contingências, além de capítulo específico sobre a prevenção de lavagem de dinheiro. O Manual de Compliance e Gerenciamento de Risco Operacional - Volume II, que contém matérias específicas técnicas de apoio ao Volume I e, mais, os Manuais de Controles Internos - Rotinas Departamento de Pessoal (DP) e Rotinas Departamentos Contabilidade e Fiscal, todos devidamente registrados, no 1º. Oficial de Registro de Títulos e Documentos de São Paulo, sob número 3256716, e no 6º. Oficial de Registro de Títulos e Documentos de São Paulo, sob nºs. 1494208 e 1494209, respectivamente. O gerenciamento de riscos de mercado está alinhado às diretrizes do Banco Central do Brasil e aos conceitos do Comitê da Basiléia, apresentando nos semestres de 2018 e 2017, situação normal de exposição aos riscos dessa natureza. **17. Ouvidoria:** A NGO possui formalizada e operacionalizada a área de Ouvidoria em atendimento às disposições da Resolução nº 4433/2015 do CMN, que consiste em atuar como canal de comunicação entre a Corretora e seus clientes para solucionar eventuais pendências e prestar esclarecimentos sobre seu produto. **18. Limites operacionais:** Através de seus Instrumentos Normativos e em busca da Convergência com os aspectos prudenciais trazidos pelo Acordo de Basiléia, o BACEN alterou e vem modernizando sua metodologia de cálculo do Patrimônio, bem como as ponderações por graus de risco. A Corretora tem seus limites operacionais de acordo com as normas e critérios estabelecidos pela Resolução CMN 2.723/00. **19. Instrução CVM 381/2003:** No 1º semestre de 2018, não foram contratados junto aos auditores independentes e partes a eles relacionadas, serviços não relacionados à auditoria externa, de acordo com as disposições estabelecidas nessa Instrução. **20. Cobertura de seguros:** No 1º semestre de 2018 a Corretora possuía cobertura de seguros para incêndio, responsabilidade civil, roubo/furto qualificado e lucros cessantes no montante total e máximo de em R$ mil 4.782 (em 31 de junho de 2017 perfazia em R$ mil 3.908). O valor segurado é determinado pela Administração, em base técnica que se estima suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens e direitos, bem eventual interrupção de atividade. Os valores de cobertura de seguro não foram auditados.

DIRETORIA: • **Sidnei Moura Nehme** • **Francisco Gimenez Neto** **CONTADOR:** • **Valdemir Soprani** - CRC - 1SP88.327/0-O

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

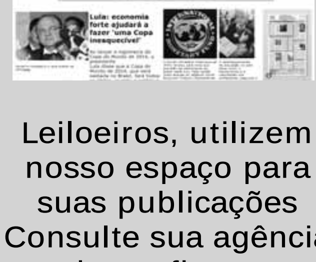
Aos Diretores e Quotistas da **NGO - Associados Corretora de Câmbio Ltda.** São Paulo - SP. **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais da NGO - Associados Corretora de Câmbio Ltda. (Corretora), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, correspondentes ao semestre findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Corretora em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Corretora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem modificação. **Outros assuntos:** Avaliamos os Controles Internos e com base na sua Estrutura, Porte e Complexidade foi possível emitir nossa opinião, não havendo limitação de Escopo. **Demonstrações Contábeis do Semestre Anterior:** Os valores apresentados para fins de comparação, correspondentes ao semestre findo em 30 de junho de 2017, foram examinados por outros auditores independentes cujo relatório sobre as demonstrações financeiras referidas foi expedido em 11 de agosto de 2017, o qual foi emitido sem nenhuma modificação de opinião e de acordo com a estrutura de relatório de auditoria vigente naquela data base. **Demonstrações Contábeis do Exercício Anterior - Evento Subsequente:** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram examinados por outros auditores independentes cujo relatório sobre as demonstrações financeiras referidas foi expedido em 22 de março de 2018, o qual foi emitido com Abstenção de Opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Corretora é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis:** A administração da Corretora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Corretora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Corretora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Corretora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Corretora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba (PR), 02 de agosto de 2018.

Linear Group Auditores Independentes S/S
CRC-PR nº 009405/O-2 - CVM nº 12.696
Geovani Gomes Zagoto - Contador CRC PR 035.215/O-3 S/SP
Elaine Fabiane - Contadora CRC PR 034.420/O-0 S/SP

Empresas & Negócios

netjen@netjen.com.br
www.netjen.com.br



Leiloeiros, utilizem nosso espaço para suas publicações Consulte sua agência de confiança, ou ligue para

3106-4171

2º VRP – Capital. EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 20 DIAS, expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº 0057535-58.2012.8.26.0100 - 1377/12.] O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). RENATA PINTO LIMA ZANETTA, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a(o) Janete Garabe Abrikian Gdikian e Jirayr Gdikian, Paulo Garabed Abrikian, Fani Nardon Abrikian, Regina Janikian, Espólio de João Garabed Abrikian, rep. por Lucy Arussiak Abrikian, Renata Abrikian e João Carlos Abrikian, Edificio Beatriz, rep. pelo síndico, Venancio Jose Francisco e Santa Munhoz Francisco, Marina Francisco Salvagno ou Marina Steltzer Francisco e Roberto Salvagno, Edith da Cruz Francisco, Citados por edital, Raphael Fleitlich, Mário Russo Júnior, Dora Varanda Gambelli, Maria Luíza Xavier Souto, marina Francisco Savagno, Roberto Savagno, Pàulo Garabed Abrikian, Renata Abrikian, João Carlos Abrikian, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que **Wagner Jacintho** ajuizou(ram) **ação de USUCAPIÃO**, visando a titularidade de domínio do imóvel localizado na Rua Iperoig, 592, AP. 101, Ed. Beatriz - Perdizes - São Paulo - SP, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 dias. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.

APTA CONTABILIDADE
Assessoria Contábil, Fiscal, Tributária e Departamento Pessoal
Abertura, Alterações e encerramentos de empresas
33 anos de profissionalismo
Contamos com uma equipe de profissionais
Dedicados em atende-los.
Contador : MASSAO HASHIMOTO
Rua Potengi, 188 - Saúde - São Paulo - SP
CEP 04139-020 Tel/Fax:(011) 5589-4801
e-mail: apta@sti.com.br

MADEIRA ENERGIA S.A. - MESA

CNPJ 09.068.805/0001-41- NIRE 35.300.346.866

AVISO AOS ACIONISTAS

MADEIRA ENERGIA S.A. - MESA ("Companhia") vem comunicar aos Senhores Acionistas que, na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de agosto de 2018 ("AGE 28.08"), foi aprovado aumento de capital da Companhia ("Aumento de Capital"), nos seguintes termos e condições: O aumento do capital social da Companhia é de no máximo R$ 972.512.500,44 (novecentos e setenta e dois milhões, quinhentos e doze mil, quinhentos reais e quarenta e quatro centavos), mediante a emissão de no máximo 2.078.462.581 (dois bilhões, setenta e oito milhões, quatrocentas e sessenta e duas mil e quinhentas e oitenta e uma) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R$ 0,4679 cada ("Ações"). Das 2.078.462.581 (dois bilhões, setenta e oito milhões, quatrocentas e sessenta e duas mil e quinhentas e oitenta e uma) Ações emitidas, 810.600.407 (oitocentos e dez milhões, seiscentas mil e quatrocentas e sete) Ações foram subscritas pelo acionista Furnas Centrais Elétricas S.A., 386.594.040 (trezentos e oitenta e seis milhões, quinhentas e noventa e quatro mil e quarenta) Ações já foram subscritas pelo acionista Odebrecht Energia do Brasil S.A., e 415.692.516 (quatrocentos e quinze milhões, seiscentas e noventa e duas mil, quinhentas e dezesseis) Ações já foram subscritas pelo acionista Caixa Fundo de Investimentos em Participações Amazônia Energia mediante créditos nos termos do Boletim de Subscrição assinados por estes acionistas e anexo à ata da AGE 28.08.2018. As Ações emitidas no Aumento de Capital farão jus ao recebimento de dividendos e/ou juros sobre capital próprio integrais, bem como quaisquer outros direitos que vierem a ser declarados pela Companhia a partir desta data, em igualdade de condições com as demais ações ordinárias da Companhia já existentes. As ações subscritas nesta data foram integralizadas à vista mediante: (a) capitalização com créditos (atualizados até 31 de julho de 2018 por IGPM, mesmo critério empregado nas Demonstrações Financeiras da Companhia de 31.12.2017) detidos pelas acionistas Furnas Centrais Elétricas S.A., Odebrecht Energia do Brasil S.A. e Caixa Fundo de Investimentos em Participações Amazônia Energia contra a Companhia, no valor total de R$ 754.669.700,34 (setecentos e cinquenta e quatro milhões, seiscentos e sessenta e nove mil, setecentos reais e trinta e quatro centavos). Em relação ao valor remanescente de até R$ 217.842.800,10 (duzentos e dezessete milhões, oitocentos e quarenta e dois mil, oitocentos reais e dez centavos), a serem integralizados em moeda corrente nacional, observadas suas respectivas participações no capital social da Companhia, os demais acionistas terão o prazo de 30 dias corridos, contados da publicação da presente ata, para exercer seu direito de preferência para subscrição proporcional do aumento de capital ora aprovado, mediante assinatura de novo boletim de subscrição, na sede da Companhia, devendo à ocasião apresentar os documentos listados abaixo. O preço por Ação, para exercício do direito de preferência, será também de R$0,4679 por ação, calculado nos termos do inciso II, § 1º do artigo 170 da Lei nº 6.404/76. O prazo e o procedimento para rateio e exercício do direito às eventuais sobras pelos acionistas que tiverem reservado tal direito constarão de aviso aos acionistas a ser oportunamente publicado pela administração da Companhia. Documentação para Subscrição de Ações: cópia do estatuto e ata de eleição da atual diretoria ou contrato social consolidado, em vigor, cartão de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), documentação societária outorgando poderes de representação e originais da Carteira de Identidade e do Cadastro de Pessoa Física (CPF) de seus representantes. Os acionistas que se fizerem representar por procurador, deverão entregar, além dos documentos acima referidos, o respectivo instrumento de mandato. São Paulo, 28 de agosto de 2018.

MADEIRA ENERGIA S.A. - MESA

5ª VC - Capital. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1031416-67.2017.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara Cível, do Foro Central da Capital, Estado de São Paulo, Dr(a). Gustavo Coube de Carvalho, etc. FAZ SABER a(o) **CLAUDIO SANTOS OLIVEIRA LAVAGEM EPP (SERVETRANSPO)**, CNPJ. 08.752.477/0001-35 e **SERVEPRED LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA (SERVETRANSPO)**, CNPJ. 09.451.400/0001-98 ambas na pessoa de seus representantes legais, que foi proposta uma **ação de Procedimento Comum** por parte de **EMPRESA AUTO ÔNIBUS MANOEL RODRIGUES S/A e OUTROS**, alegando em síntese: ser credora da requerida no valor de R$ 512.122,63 (Março/2017) a ser devidamente atualizado, oriundos dos valor desembolsado pelas autoras nos autos das ações trabalhistas elencadas, por relação trabalhista travada exclusivamente entre os reclamantes e as empresas rés. Encontrando-se as rés em lugar incerto e não sabido, foi determinada a CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresentem resposta. Não sendo contestada a ação, as rés serão consideradas revéis, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. São Paulo, 08 de agosto de 2018.

Meirelles defende simplificação tributária e expansão de crédito

O candidato do MDB à Presidência da República, Henrique Meirelles, defendeu ontem (29) a simplificação tributária e a expansão das cooperativas financeiras e fintechs de crédito. Essas e outras propostas foram apresentadas durante um encontro promovido pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e o Conselho do Agro, que reúne as entidades do setor agropecuário.

Segundo Meirelles, o número de bancos que ofertam crédito ao setor é muito restrito e precisa ser expandido, não apenas para aumentar o crédito, mas garantir maior competitividade. Ele defende a expansão das cooperativas e fintechs, que são empresas de crédito digitais e de custo baixo. "Nós institucionalizamos as cooperativas de crédito e hoje elas são ponto importante de competição. Vamos regulamentar isso e criar condições para elas serem usadas pelas cooperativas e terem uma expansão de crédito substancial para o setor rural brasileiro", disse Meirelles.

Para ele, o seguro rural precisa ser ampliado, tanto da produção como do faturamento do produtor rural. O problema é o custo desse seguro e a capacidade do governo federal de bancar uma parte desse risco. Por isso, Meirelles defende a continuidade das reformas estruturantes, principalmente a reforma da Previdência, para a redução de despesas da União. "Se não fizermos as reformas, não poderemos pagar mais nada, não há investimento em setores fundamentais, porque vai se pagar a aposentadoria com 100% do orçamento", disse.

Para reduzir a complexidade tributária no país, Meirelles defende um projeto de simplificação, com o uso da tecnologia e digitalização, que vai reduzir o gasto das empresas com burocracia de 2,6 mil horas por ano para 200 horas por ano. Também pretende criar um IVA, com alocação para os diversos setores, e se comprometeu a não tributar as exportações. Uma de suas prioridades, caso eleito, será a finalização da BR–163, importante para o escoamento da produção do Centro-Oeste, e a integração dos modais, garantindo alternativas para a exportação de grãos, como a hidrovia Tocantins-Araguaia (ABr).

Pesquisa da CNI mostra que otimismo do consumidor aumenta

O Índice Nacional de Expectativa do Consumidor (Inec) subiu 3,1% em relação a julho e alcançou 104,7 pontos em agosto, o maior nível desde maio de 2016, quando o Brasil ainda enfrentava a recessão. Com o aumento, o Inec reverte a queda de 3,9 pontos verificada em junho frente a maio, logo depois da paralisação do transporte rodoviário de cargas. Mesmo assim, continua 2,8% abaixo da média histórica dos 107,7 pontos. Os dados são da pesquisa divulgada ontem (29) pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Para o gerente-executivo de Política Econômica da CNI, Flávio Castelo Branco, a melhora está associada à proximidade das eleições de outubro. "Os consumidores, que são os eleitores, esperam que o governo eleito melhore a situação da economia, o que terá um impacto positivo na vida das pessoas. Por isso, os brasileiros estão mais otimistas". O aumento do otimismo é resultado da melhora das perspectivas sobre a inflação, o emprego e a renda pessoal nos próximos seis meses.

O indicador de expectativas sobre a inflação aumentou 3,2%, o de desemprego subiu 3,1% e o de renda pessoal cresceu 5,6% em relação a julho. O índice de expectativa em relação a situação financeira aumentou 6,4% e o de endividamento cresceu 2,8% frente ao mês passado. Quanto maiores os indicadores, maior é o número de pessoas que espera a queda da inflação e o desemprego, o aumento da renda pessoal, a melhora da situação financeira e a queda do endividamento nos próximos seis meses.

Apenas o indicador de compras de maior valor caiu 0,2% na comparação com julho, mostrando que, mesmo mais otimistas, os brasileiros estão cautelosos e preferem adiar as compras de móveis, eletrodomésticos e outros bens de maior valor. Esta edição foi feita em parceria com o IBOPE e ouviu 2.002 pessoas em 141 municípios entre 16 e 20 de agosto (ABr).

Este documento foi assinado digitalmente por Jornal Empresas e Negócios Ltda.. Para verificar a assinatura clique no link: https://portaldeassinaturas.com.br/Verificar/7117-C140-2B68-3ED6